

Ano XXVI nº 6523 – 15 de fevereiro de 2022

Brasil, pandemia e desemprego, mas bancos continuam lucrando muito!



A crise econômica, aprofundada pela pandemia da Covid-19 e pela política econômica recessiva do ministro da Economia Paulo Guedes, que atinge em cheio os setores produtivos, como a indústria e o comércio, e principalmente a vida dos trabalhadores, com desemprego e queda na renda média e no poder de compra das famílias, não passou nem perto dos bancos. O Sistema financeiro continua elevando ainda mais os seus lucros.

O Bradesco registrou lucro líquido contábil de R\$ 21,945 bilhões em 2021, uma alta de 32% em relação a 2020 (R\$ 16,546 bilhões). Maior banco privado do País, o Itaú Unibanco teve alta de 45% em seu lucro em 2021, na comparação com o ano anterior (R\$ 26,9 bilhões). O Santander Brasil fechou 2021 com lucro de R\$ 16,347 bilhões, uma alta de 7% em relação a 2020. Os três maiores bancos privados do país tiveram, juntos, um ganho de R\$69,4 bi, alta média de 34,8%.

Por trás dos resultados sem precedentes no mundo, o sistema financeiro nacional eleva os lucros aumentando a exploração dos funcionários, com assédio moral e pressão por metas e demissões sem levar em conta sequer a situação delicada da pandemia da Covid-19. Somente no período da crise sanitária, os cinco maiores bancos do país extinguíram 2.189 agências e encerraram 15,4 mil postos de trabalho.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Itaú, Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil somavam 389.179 trabalhadores em 2021, 2.532 a menos do que em 2020 e 15.406 do que em 2019. O resultado são unidades bancárias mais cheias, piora no atendimento aos clientes e aumento da sobrecarga de trabalho na categoria.

Para central sindical da Espanha, mudanças trabalhistas reequilibram negociação coletiva

Foi mais difícil do que se previa, apenas um voto de diferença, mas o acordo sobre novas regras trabalhistas foi aprovado na Espanha. As negociações foram acompanhadas com atenção em vários países, especialmente no Brasil, que pode iniciar um debate semelhante a partir do ano que vem, dependendo do resultado das eleições presidenciais e parlamentares de outubro.

O secretário-geral da central sindical CCOO desde 2017, Unai Sordo, 49 anos, é prudente ao abordar o tema.

Para ele, as mudanças em relação ao modelo adotado na Espanha nos últimos 10 anos enfrentam alguns dos principais problemas do mercado de trabalho, especialmente em relação aos excessivos contratos temporários. Ele ressalta a valorização da negociação coletiva como marco fundamental para buscar outros avanços, reduzindo a instabilidade econômica.

Sobre possíveis influências em outros países, o sindicalista oriundo do setor industrial é cauteloso. “Eu não me atrevo a pronunciar-me taxativamente sobre uma questão que não conheço com certa profundidade”, diz. Mas ele aponta um desafio que pode se repetir em locais que consigam rever suas regras trabalhistas. “Agora, as convenções coletivas e a ação sindical devem aproveitar a melhor situação objetiva que fomos capazes de criar a partir da lei, para materializá-la em melhoras palpáveis para a classe trabalhadora”.

Com 47,3 milhões de habitantes, a Espanha tem 20,2 milhões de ocupados e 3,1 milhões de desempregados (sendo pouco mais de 1,6 milhão de mulheres), segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE). No último trimestre de 2021, houve crescimento entre os assalariados, os que têm contrato por tempo indeterminado e os que trabalham por conta própria, enquanto os contratos temporários diminuíram. Em termos anuais, a ocupação cresceu principalmente no setor de serviços (705.400), bem acima da indústria (71.500), agricultura (58 mil) e construção (5.700).



COM NOVO GOVERNO, ESPANHA REVOGA REFORMA TRABALHISTA PRECARIZADORA

As novas regras limitam as contratações temporárias, ampliam direitos de terceirizados e favorecem equilíbrio nas negociações coletivas.